

Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



| TÍTULO DO TRABALHO | | | |
|---|----------------------------|-------|------------------|
| ESTADO E ORGANIZAÇÕES SINDICAIS | | | |
| AUTOR | INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO) | Sigla | Vínculo |
| THIAGO CHAGAS SILVA SANTOS | Instituto Federal da Bahia | IFBa | Servidor Público |
| RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS) | | | |
| <p>O estudo problematiza as ações das organizações sindicais dos trabalhadores no contexto da reforma institucional do Estado e da reestruturação produtiva das empresas (privadas e públicas). Após a primeira eleição direta para presidente da república desde 1961 e o processo de difusão do neoliberalismo, altera-se a correlação de forças entre trabalhadores e empresários. A luta crescente desde o final dos anos 1970 sofre um arrefecimento. Tomando por base dados sobre o número de greves ocorridas em empresas públicas e privadas, análises de conjuntura, explicações da CUT para as estratégias adotadas, reivindicações que fundamentaram as greves e atas de encontros da CUT, buscamos elucidar o caminho seguido por esta central. Após 2003, quanto o Partido dos Trabalhadores, com forte ligação com a CUT desde a sua fundação, assume a presidência da república, modificam-se os padrões de relacionamento entre o Estado e as representações dos trabalhadores. A aproximação da cúpula da CUT aos órgãos estatais e os novos direcionamentos dados às estratégias de luta influenciaram as ações no período recente. Procuramos, nesse sentido, lançar novos questionamentos ao problema da adesão/cooptação dos trabalhadores organizados em sindicatos ao projeto societal das classes dominantes.</p> | | | |
| PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3) | | | |
| Estado – Sindicato - CUT | | | |
| ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS) | | | |
| <p>The study discusses the actions of trade unions of workers in the context of institutional reform of the State and productive restructuring of companies (private and public). After the first direct election for president of the republic since 1961 and the neoliberalism of the diffusion process, alters the balance of power between workers and employers. The growing struggle since the late 1970s undergoes cooling. Based on data on the number of strikes occurred in public and private companies, situation analysis, CUT's explanations of the strategies adopted, claims that supported the strikes and CUT meetings of minutes, we seek to elucidate the path taken by this central. After 2003, as the Workers' Party, with a strong connection with the CUT since its foundation, assumes the presidency, change is the relationship patterns between the state and the representations of workers. The approach of the CUT summit to State organs and new directions given to fighting strategies influenced the actions in the recent period. We seek, in this sense, launching new questions to the problem of adhesion / co-optation of workers organized in unions to societal project of the ruling classes.</p> | | | |
| KEYWORDS (ATÉ 3) | | | |
| State – Syndicate - CUT | | | |
| EIXO TEMÁTICO | | | |
| Reestruturação do trabalho e resistência dos trabalhadores | | | |

ESTADO E ORGANIZAÇÕES SINDICAIS

1. O debate sobre o Estado na transição democrática

A crise internacional e da dívida externa colocaram sérios questionamentos ao modelo que vinha sendo executado pelo governo brasileiro. Uma economia regida pela lógica autárquica e formas repressivas de controle sobre a classe trabalhadora já não cabiam mais diante do processo crescente de internacionalização do capital e deslocamento geográfico do aparato produtivo dos países centrais. As críticas ao nacional-desenvolvimentismo identificam a necessidade de mudar o modelo em razão da ineficiência do padrão de industrialização pautado na substituição de importações diante do novo cenário mundial. Tal ineficiência, localizada no Estado, gera desequilíbrios na economia. Estados e mercados precisam encontrar novas formas de relacionamento, de maneira que permita retomar os investimentos, os empregos e a renda. Alterar a institucionalidade das políticas públicas, o peso do Estado na esfera produtiva, sua estrutura de gastos e sua inserção internacional se tornam então os eixos que balizarão o debate em torno dos rumos a serem seguidos.

A modernização capitalista, para Vianna (1994), deveria vir acompanhada de um regime político democrático. Os antigos subalternos, sejam os dependentes do senhorio do campo ou aqueles tutelados pelo sindicato de Estado nas fábricas e serviços urbanos, passam a se instituir como titulares de interesses próprios e autônomos, mobilizando-se para sua conversão em direitos e postulando seu acesso à cidadania.

A mobilização da sociedade civil, principalmente dos setores populares, não evita a derrota da emenda das “Diretas Já”. O caminho negociado da transição, explícito na eleição de Tancredo Neves por um colégio eleitoral, manteria os mecanismos institucionais autoritários. Se, economicamente, o Brasil poderia ser considerado um país moderno; politicamente, persistia o Estado autárquico, centralizador e tecnocrático, sem qualquer afinidade com as vertentes burguesas democráticas modernas. Essa situação tornaria, a partir daquela década, a reforma do Estado uma questão fundamental. A modernidade seria, para o autor, não só o acesso à cidadania como também a reformulação do aparelho de Estado. A abertura democrática deveria vir acompanhada da abertura do próprio Estado, como via para uma participação mais ativa da sociedade civil.

Com posições semelhantes no tocante à noção de democracia como institucionalização de direitos, Abranches (1991) vê na crise da economia brasileira e na deterioração das condições sociais as causas que levaram ao aumento dos conflitos. O setor público, em razão dos choques externos e do congelamento das suas tarifas, junto à crise da dívida externa, reduziu

investimentos. Para piorar, sua política econômica aumentou a transferência de renda para o setor financeiro. A saída pelo incentivo às exportações para fazer caixa via saldo no balanço de pagamentos não consegue lidar com a redução da capacidade de financiamento público e privado e termina por elevar a captação de recursos a taxas de juros elevadas. O Estado, então, passa a estar no centro da crise. Era a sua estrutura de gastos que contribuía para aumentar sua intervenção na economia, porém elevando a ineficiência da mesma e do próprio Estado. A sobrecarga de demanda impactava sobre a legitimidade e credibilidade do Estado, principalmente em tempos de insolubilidade dos pleitos. Sua ação visando o crescimento econômico deveria levar em conta o mercado, sendo este o mecanismo mais eficiente para produção e distribuição de bens. O Estado, complemento do mercado, em economias capitalistas, deve buscar um equilíbrio com o mercado e o sistema político. Mas, se há uma crise das finanças estatais, esta se torna, por tudo que foi dito acima, uma crise social, que é agravada por uma crise de governabilidade, entendida com decorrente de uma “máquina” (estatal) que não está mais permeável à gestão racional e programática. Nesse sentido, é inadiável a redefinição da natureza da ação pública na sociedade brasileira, reconhecendo a maturidade e a independência já alcançadas por vários setores da sociedade, as quais correspondem à capacidade real de satisfação, pela via do mercado, da maioria de suas necessidades, inclusive financeiras. As linhas básicas para a reorganização do Estado seriam, a seu ver, de reconhecimento quase unânime: reduzir a ação nos campos que a sociedade adquiriu autonomia, aprofundar nas áreas de deficitária responsabilidade pública e eliminar favores e privilégios. O Estado deve, nesse processo de determinação recíproca, atuar como mediador entre o sistema político e o mercado.

A crise econômica é também resultado das distorções administrativas, da crise fiscal e das políticas de bem-estar social. Basta corrigir os “desvios”. A reforma do Estado seria o caminho para a reanimação da economia e diluição das insatisfações sociais. É clara a inversão no entendimento dos fatores ocasionadores dos problemas levantados. Para ele, não é a crise econômica que leva à crise fiscal, mas o contrário. Por outro lado, as lutas sociais não aparecem na análise e são ignorados os impactos das lutas e greves sobre o desencadeamento da crise. Assim, sua argumentação restringe-se a privatizar os espaços onde o Estado tem uma atuação ineficiente, pois a excessiva “politização das transações econômicas” incapacitou os mecanismos da política econômica keynesiana.

O diagnóstico de Bresser (1998) não rompe com a ideologia corrente de reconfiguração do Estado. O seu tamanho distorcido, diante do contexto da globalização, ocasionou a crise. O Estado é transformado na principal causa da redução das taxas de crescimento econômico, do

aumento do desemprego e da inflação. Não se tratava de extinguir o Estado, mas reorientá-lo para garantir a propriedade privada, os contratos, os direitos sociais e promover a competitividade. A reforma deveria olhar para o tamanho do Estado na economia e seu papel regulador, recuperá-lo financeiramente e implementar as decisões políticas necessárias. Isso aumentaria a governabilidade (aqui entendida como capacidade política de intermediar interesses, de garantir legitimidade e de governar). Fundamental na estratégia institucional de incorporação dos descontentes ao espaço estatal, a preocupação com a adequação das instituições políticas para intermediação de interesses faz-se necessária por causa da elevada fragmentação das demandas, ressurgidas ao final dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980.

Nessa mesma linha de raciocínio, incorpora-se a globalização como um dado que, externamente, impõe alterações nas formas de intervenção do Estado. A economia mundial, ao atingir um novo estágio de desenvolvimento, exige uma reconfiguração da relação entre capitalistas e governo. Novos setores tecnológicos permitem a integração dos espaços nacionais e das economias locais no mercado internacional. A política estatal deve, então, adequar-se. Ao invés de propugnar políticas de austeridade, deve incentivar as empresas e coordenar a economia. A proposta de desenvolvimento nacional passa pela competitividade das empresas nacionais. Estado e mercado não devem ser vistos como esferas disjuntas, mas complementares, e, dessa forma, diante da perda de autonomia na formulação de políticas públicas, o Estado deve rever suas formas de atuação, estabelecendo uma nova divisão do trabalho com o capital, mesmo em setores que historicamente foram de atuação exclusiva do Estado. A administração pública gerencial seria, então, a forma mais adequada de atender com qualidade as demandas dos cidadãos-clientes.

Sem dúvida que limitações financeiras colocavam sérios impasses às possibilidades de reorganização interna do país e dificultavam a emergência de novos padrões de articulação com o capitalismo internacional. A reaproximação entre o Brasil e os financistas internacionais, após a crise da dívida, em 1986, dá-se pela via do empréstimo. As sinalizações internas em direção a uma inserção passiva expressam-se pela via institucional, desmontando, paulatinamente, todo o arcabouço estatal que se estruturou até o ano de 1974. Não por acaso, os padrões de intervenção estatal estavam entre os pontos mais atacados pelos novos representantes da democracia.

Diferentemente das análises anteriores, acreditamos que a crise econômica¹, agravada pela elevação dos juros dos EUA, implicou uma crise estrutural dos Estados nacionais. Esgotado pelo crescimento de seu passivo e incapaz de continuar o antigo padrão de intervenção estatal, a moratória brasileira, mais do que uma postura de quebra dos padrões antigos de inserção internacional, demonstrava a total incapacidade de fazer caixa para rolar a dívida. Diante de tal descrédito internacional, o País busca estancar as importações e incentivar as exportações, colocando todo o esforço nacional na construção de boas relações com seus credores. O primeiro resultado de tal política será a retração da economia, causada pela redução dos investimentos, dos subsídios e dos financiamentos externos.

Tendências à desindustrialização, remessa de capitais ao exterior, colapso das finanças públicas e hiperinflação levam a um quadro de grande instabilidade social. A insolvência estatal, daí resultante, retirou qualquer possibilidade do Estado nacional de reproduzir o padrão de desenvolvimento politicamente planejado. A crise do “Estado brasileiro se insere em uma crise global, com impacto sobre a autonomia do Estado-nação e de suas formas objetivadas de regulação.” (Abreu, 1997, p. 71). O Estado, que teve papel decisivo na construção da nação, nas décadas de 1980 e 1990 entra em crise, nas suas dimensões econômica (crescimento), social (propósito coletivo) e política (soberania), junto com o capital privado.

Alternam-se entre os diagnósticos sobre a crise análises que mesclam Marx e Keynes. A crise, segundo os marxistas, seria decorrente do ímpeto explorador do próprio capital, da concorrência intercapitalista (que leva à autoflagelação entre os “players” e ao monopólio), pela elevação da composição orgânica do capital ou pelas desproporções intersetoriais (com ênfase na superprodução ou no subconsumo). As explicações acabavam por inverter aquilo que o próprio Marx via como primordial na determinação da dinâmica das sociedades, a luta de classes. O que se buscava era a ocultação dos problemas na reprodução do capital.

Ainda que sugestões de ruptura fossem colocadas, aos poucos as imposições das instituições de regulação internacional afirmam-se, e o governo brasileiro cede aos mecanismos

¹ A crise econômica expressa a tendência a queda das taxas de lucro, em razão da elevação da composição orgânica do capital. Tal tendência pode ser refreada pelo Estado e pelos empresários, em função da sua capacidade de gerar contra tendências, mas também podem ser intensificadas pela capacidade dos trabalhadores em atuarem sobre estas contra tendências, aguçando a crise, levando a uma crise de dominação. A crise, portanto, não se explica somente pelo acirramento da concorrência ou por uma desproporção entre os setores da economia, mas fundamentalmente pela luta de classes. A crise dos anos 1970 tinha como causa a elevação da contradição entre as classes, mediante rearticulação dos operários e redução do exército de reserva, o que pressionava as taxas de lucro. A isto se somava a concorrência entre EUA, Alemanha e Japão e o aumento do preço das matérias-primas, elevando os custos de produção.

tradicionais de negociação da dívida, mostrando seu interesse em retomar o pagamento do juros e do principal da dívida. Atrair investimentos e incentivar as exportações tornam-se as políticas centrais do governo, subordinando os demais interesses, inclusive os sociais, a estas medidas.

Nesse mesmo caudal, a associação entre democracia e desenvolvimento econômico torna-se inevitável, mesmo que as contradições no plano concreto deixem grupos menos entusiasmados receosos a respeito dos verdadeiros intuitos das reformas políticas que se operam durante a longa transição democrática (1984-1989). A ideia de participação popular e de abertura de espaços para a sociedade civil é, então, assimilada como eixo fundamental da democracia.

O processo de disseminação do neoliberalismo começa pelo convencimento de que o triunfo do capital mostrava-se, após a dissolução do bloco soviético, um fato incontestável. Diante disso, não se trata mais de ser ou não ser, o capitalismo, uma saída. Agora, é a “única” saída. Tal discurso busca também enaltecer o indivíduo empreendedor, suas habilidades e vontade de vencer a qualquer custo, como estratégia mais eficiente diante do inexorável jogo competitivo internacional. Todos os empecilhos que veleidades sociais pudessem interpor ao processo de acumulação passam a ser vistos como obstáculos a serem ultrapassados. A própria Constituição de 1988 deixa claro o intuito em desenvolver a livre iniciativa, vista como a única forma de atingir um patamar desejável de desenvolvimento econômico e social. As melhorias dos níveis de vida passam, inevitavelmente, pelo avanço do processo de acumulação.

A privatização das empresas estatais vem acompanhada do discurso de maior participação dos trabalhadores na gerência da firma. Negociação coletiva, participação nos lucros e controle acionário são elementos acionados pelos gestores de recursos humanos para “vender” a ideia da humanização do espaço fabril.

A reestruturação produtiva e patrimonial do Estado e do capital privado foram além do aspecto técnico-produtivo. Questionaram políticas de pleno emprego, sistemas públicos de proteção social e a regulação sócio-estatal. Pactos sócio-políticos e fronteiras nacionais são vistos agora como impeditivos ao processo de produção e circulação do capital. As instituições multilaterais e os aparelhos ideológicos do Estado presentes na sociedade civil (meios de comunicação, escolas, indústria cultural), engajaram-se no projeto de restauração liberal. Preconizaram a subordinação da nação aos interesses e à racionalidade operacional do mercado. Extinção de barreiras alfandegárias e subsídios fiscais e desregulamentação das relações de trabalho tornaram-se metas para elevar a competitividade internacional.

A luta de classes é colocada como variável dependente do movimento dinâmico do capital, reduzindo a democracia à construção de regras estáveis para a formatação de consensos. A essa altura, a incorporação das classes subalternas de forma mais orgânica é imprescindível. Só que esta integração dá-se num momento de fragilidade do trabalho e de emergência de análises que enaltecem a crise do trabalho. Desloca-se, pela tese da extinção do trabalho, o próprio trabalho de qualquer postura mais próxima de uma transformação. A desarticulação das identidades coletivas das classes subalternas dificulta ainda mais o fomento de uma atitude confrontadora por parte da classe trabalhadora.

A não inocente omissão da luta dos trabalhadores, no âmbito fabril, como determinante para a emergência da crise, servia, de forma hábil, para desmobilizar qualquer forma de luta que colocasse a classe trabalhadora como protagonista. Isso acabava por induzir tais lutas a colocar, no rol de possibilidades, não uma saída do, mas uma saída para, o capital. A assimilação das classes trabalhadoras era alcançada buscando integrá-la ao projeto de desenvolvimento do próprio capital, que, em si, limitava a solução aos problemas de realização das mercadorias, ou seja, ao momento da circulação.

Às contradições presentes no seio popular (as voltas diante do impasse entre a disputa pela ampliação dos serviços públicos e a busca de alternativas para além do Estado/Capital) soma-se o desencanto, europeu e mundial, com a experiência soviética, alimentando posições de recusa aos partidos comunistas e a crispação de organizações comunistas, nomeadamente aquelas que se autodenominavam marxista-leninistas. Nesse quadro de ruptura com velhas formas organizativas, as alternativas não se mostram muito claras, ora se aproximando de uma social-democracia europeia, ora de uma associatividade norte-americana. Aos poucos, a negação do viés classista e de ruptura com o capitalismo vai se consolidando.

Embora o nível organizativo das massas fosse significativo, a derrota nas eleições de 1989 mostraria que a fragmentação do período autoritário trouxe problemas para configuração de uma frente ampla. A incapacidade de qualquer grupo dirigir um projeto com base social ou levar adiante os interesses dessas classes era visível. Parte da esquerda passa a apostar na luta política. A via moral emerge como alternativa, colocando a limpeza ética e a modernização institucional como saídas capazes de alterar o pragmatismo autoritário e modernizar a economia, não prescindindo, para isso, do apoio de frações da burguesia.

2. As ambiguidades da CUT a respeito do Estado

No âmbito da luta dos trabalhadores, o movimento sindical, em decorrência de sua organização, será um dos protagonistas de uma ampla frente de esquerda e popular. A CUT emerge em um contexto histórico de crise política e econômica do regime ditatorial brasileiro

(1964-1985). Entre o final dos anos 1970 e a redemocratização (1985-1989), o movimento sindical retoma sua mobilização, tentando se desvencilhar das amarras do Estado autoritário, das lideranças pelegas e do despotismo fabril.

A transição democrática abre espaço não só para o recrudescimento da luta operária, mas também para um questionamento maior dos rígidos limites impostos pelo sindicalismo de Estado, que intervinha nos sindicatos de forma arbitrária, cassava dirigentes sindicais, controlava suas finanças e proibia greves. A autonomia sindical é colocada como bandeira de luta. O “novo sindicalismo” nascia da necessidade de retomar a luta sindical por fora da estrutura sindical, mas a falta de clareza sobre como se portar diante do Estado e dentro das suas instituições, fragilizava o movimento e revelava suas vacilações. O entendimento da democracia como valor universal passava não pela fundação de uma democracia direta ou mais igualitária, mas pela abertura das instâncias estatais aos trabalhadores.

A posição do movimento sindical, mais especificamente de suas lideranças, sobre o Estado, era fruto da conjuntura de descrença no socialismo de Estado. Associavam diretamente o Estado totalitário à ideologia marxista, vista como limitadora dos ideais de liberdade e de sua capacidade de pensar e se manifestar. A democracia e o entendimento sobre o papel do Estado passam a ter um valor fundamental na definição das estratégias. O movimento sindical passa a defender uma democracia que permita a participação dos trabalhadores nos mecanismos de gestão das políticas públicas, a representação e a participação política e possibilite conquistas populares. A participação nos mecanismos decisórios do Estado e da fábrica é colocada como pauta de luta.

O discurso embora não esgote a compreensão das ações sindicais, nem mesmo defina o desfecho dos processos sociais, serve para ilustrar a distância entre ideias e ações. A defesa da democracia como participação não tinha a mesma importância que a observada nas lutas salariais e contra a carestia. O próprio movimento tinha clareza disso. A mobilização dos trabalhadores ocorreu por questões econômicas, embora extrapolando tal limitação e incluindo em sua pauta a lei de greve, a crítica à estrutura sindical corporativa e fascista e a anistia. Mas essa amplitude das lutas também ficou restrita ao âmbito discursivo, pois a ausência dos trabalhadores nas lutas mais gerais da oposição ao regime foi um fato (Zanetti, 1995).

Tal indefinição estava presente desde os anos 1970. Entre uma posição mais cética quanto à participação no sistema político e a possibilidade de intervir nos rumos políticos, lideranças, como Lula, declaravam-se defensores de que não deveria haver participação dos trabalhadores em nada que os tirasse do seu puritanismo. Mas conclui que, em razão do fato de que a classe

política e os partidos políticos não se posicionam em relação à greve, o movimento sindical deve disputar espaço dentro do Estado, através do voto e da organização política, partidária e parlamentar, aumentando, assim, sua influência na vida social do País.

O partido político será definido como o melhor instrumento com o qual o trabalhador pode travar a luta. Essa será a tese do IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, em 24 de janeiro de 1979, na cidade de Lins. A participação política dos trabalhadores na vida da nação estava no mesmo projeto que impedia o partido de ter em suas fileiras não-assalariados. A tomada do poder passava pelo Estado e, como condição para a democracia, estabelecer-se-ia, sob o governo de trabalhadores, a erradicação dos latifúndios improdutivos e a distribuição de terras aos trabalhadores sem terra, a nacionalização e estatização de todas as empresas estrangeiras, bancos, empresas de energia, indústria extrativa, de infra-estrutura e controle popular sobre os fundos públicos. Sua plataforma pretendia, no plano ideal, alterar de forma significativa as relações de propriedade do País. Em 1979, é organizada a Comissão Nacional Provisória, com maior peso dos operários, por volta de 47%, seguidos dos trabalhadores rurais, com 11%, e dos professores, com 11%.

A ata de fundação da CUT continha esboços do que seria o plano estratégico geral e sua compreensão sobre quais deveriam ser os princípios norteadores das relações não só com o patronato, mas com o Estado. Dentre os pontos estão: a) a central é unitária, classista, visa a uma sociedade sem exploração, em busca da democracia política, econômica e social. Deve romper com qualquer postura de cooperação com o capital, organizar os trabalhadores por local de trabalho e em torno de pautas mais gerais, com efetiva unidade de ação. Deve lutar para alterar a estrutura sindical, desatrelando-a do Estado.

O paradoxo é que justamente nessa luta contra o governo se forja a incorporação do movimento e de suas práticas às hostes institucionais, revertendo, desse modo, a possibilidade de uma atividade sindical insurrecional. A política institucional acolheu algumas das formas do questionamento que surgiu de um amplo conjunto de categorias sindicais (Oliveira, 2005). Mais do que uma cooptação ou mudança sobre as concepções de Estado e sobre suas relações com o mesmo, a adesão das direções dos trabalhadores ao projeto fordista dava-se pela aceitação dos limites da democracia que começa a se gestar nos anos 1980, com a transição democrática. As atas congressuais e as pautas reivindicativas do período das greves, e mesmo do momento da transição democrática, destoam do que se observou nas pautas e lutas públicas. A tensão entre um projeto de longo prazo e aquele que se expressava no campo político eleitoral, imediato, tendeu a fazer fenecer a primeira alternativa, culminando na

intensificação da via institucional como desfecho das lutas populares. As greves, embora tenham crescido em número, no contexto de luta pela democracia e por políticas sociais universais, continuavam atreladas às condições fabris dos trabalhadores (de forte arrocho salarial).

Entre o período de maior mobilização e o desfecho da transição, o perdurar da crise econômica coloca em questão a redemocratização, símbolo de uma alternativa à ditadura. A inflação e a corrupção se tornam marcas do período. A ineficiência estatal se torna a explicação para os graves problemas do País. O antiestatismo começa a ganhar força.

No debate da relação entre Estado e sociedade, algumas teses se sobressaem, na contramão das anteriormente aqui apresentadas, ao fazerem a leitura de que é no seio da sociedade civil que se deve disputar a direção da sociedade. Na crítica àqueles que vêem no Estado o locus central da luta política, a tese da luta na sociedade civil, não necessariamente na fábrica, ganha ênfase. Os sindicatos passam a dividir o protagonismo com novos atores sociais, a exemplo dos novos movimentos sociais. Segundo essa vertente, o Estado é desconsiderado enquanto locus importante de poder. A sua conquista não seria importante para a luta popular (Fontes, 2010). Os novos movimentos assumem, então, dentre outras posições, a de recusa, não só de uma luta no âmbito do Estado, mas também da interferência e intermediação de partidos ou organizações estáveis (vistas como entraves à dinâmica dos movimentos). Embora tais afirmações não sejam totalmente equivocadas, elas expressam, apenas, um viés, pois não elucidam as ambiguidades do próprio movimento concreto, que se encontrava às voltas entre uma disputa dentro dos limites institucionais, uma luta restrita à sociedade civil e uma luta insurrecional.

A própria noção do que seria a reforma do Estado era ambígua, sendo também um dos pontos de divergência entre setores da classe trabalhadora. A demonização dos funcionários públicos, em função da condição que desfrutavam dentro das empresas públicas, criava um racha no seio da classe trabalhadora. A estratégia da burguesia, da mídia e de outros setores da classe trabalhadora, era ressaltar a diferenciação que, de fato, havia entre trabalhadores do setor privado, localizados nas multinacionais estrangeiras e nas grandes empresas nacionais, e aqueles localizados nas estatais e na burocracia estatal. A luta pela manutenção do emprego e por melhoria salarial não era levada a cabo mediante unificação das categorias, mas feita em separado, mostrando os limites da luta salarial. Isso, além de esvaziar o debate em torno da exploração, demonstrava o quanto a CUT era, mais do que um órgão coletivo unificado, um espaço de aglutinação de tendências nem sempre congruentes.

O sociometabolismo do capital trata de assimilar as novas formas de interação entre capital e o Estado, não alterando, contudo, a natureza do modo de produção capitalista, mas adaptando-o para fazer frente às necessidades do processo de valorização e acumulação de capital. Se torna fundamental para o capital a construção de uma nova institucionalidade. Mediante a reforma do Estado, a redefinição da relação executivo-legislativo-judiciário ou de reformas do sistema educacional, previdenciário e sindical, novas institucionalidades são criadas para absorver a dinâmica da luta de classes e, assim, ditar os limites sob os quais são construídos esses novos arranjos institucionais. O seu desfecho dependerá do grau de organização e coesão, no campo da luta de classes, das classes dominadas e das classes dominantes (Dias; Bosi, 2005).

A grande conquista dos trabalhadores no período democrático dos anos 1980 foi o reconhecimento da legitimidade da sua causa salarial e a abertura de uma mesa de negociações, algo sempre negligenciado pelas empresas. Mas tais movimentos mostraram o caráter incipiente ou prematuro do nível de consciência de classe desenvolvido até então, não conseguindo disseminar, no seu seio, a necessidade de uma confrontação mais aberta que buscasse negar o próprio capital (Antunes, 1988). A necessidade de autonomia diante do Estado e de reconhecimento dos trabalhadores como componente fundamental para o desenvolvimento do País mostrava os limites estreitos em que se colocavam aquelas lutas. A esperança era de que a classe política, mesmo não sendo composta de trabalhadores, fizesse alguma coisa em seu benefício (Zanetti, 1995).

A ambiguidade das posições no interior da própria CUT sobre o sentido da democracia e do papel a ser desempenhado pelos trabalhadores é patente nas falas de lideranças, ou mesmo pelas atas dos congressos da entidade. Se, por um lado, questiona a tutela estatal, mais do que extinguir esse Estado, tais sindicatos buscam sua inserção neste mesmo aparelho, definindo a democracia pelo nível de participação que as classes subalternas desfrutam nos referidos espaços estatais. Intelectuais ligados às esquerdas engrossam o coro da democracia participativa, garantidora da cidadania. A visão do Estado como uma instituição em separado, mediadora de conflitos reforçava a tese de que mediante suas instituições a garantia da cidadania estava protegida, devendo incluir, no rol das estratégias de luta do movimento dos trabalhadores, a instância estatal como meio de interlocução com o patronato. A limitação da luta ao âmbito privado, para Vianna (1983), além de estreitar a oposição à questão econômica-salarial, fazia com que os sindicatos perdessem a chance de se voltarem a questões mais amplas. O Estado, enquanto esfera pública era, então, o espaço ideal para a colocação de questões mais amplas. Interessante notar que a referida visão termina por reconhecer na

democracia o valor universal a ser alcançado e não o questionamento do próprio capital. A superação da estrutura sindical corporativa e autoritária passaria pela institucionalização democrática da relação entre capital e do trabalho, que só poderia ser alcançada quando a sociedade conquistasse sua própria institucionalização democrática.

A postura mais combativa diante do Estado e do capital “vinha acompanhada do deslocamento da atenção e da luta, da área do Estado e da conquista do poder, para o fortalecimento da sociedade civil, vista como espaço privilegiado para consolidação da democracia.” (Zanetti, 1995, p. 49). A denúncia do Estado autoritário leva ao enaltecimento do que seria a sua contraparte, a sociedade civil. Se, do ponto de vista econômico, a discussão passava pela crise fiscal e pelos limites da intervenção estatal como eixo estruturante da reprodução social; no plano sociopolítico, a própria emergência de novos movimentos sociais coloca-se como ponto de partida de um redimensionamento qualitativo de certas práticas amplamente sedimentadas. A crítica ao fordismo e à ação do Estado levou à conclusão de que ambas implicavam na perda de identidade dos sujeitos, entendidos como instrumentos passivos nos processos de trabalho ou nas engrenagens responsáveis pela tomada de decisões. A reconstrução das lutas sociais procura eximir-se de qualquer passado mais ligado às vertentes marxistas ou partidos comunistas, e impõe a necessidade de incorporar outras bandeiras (feminista, ambientalista, sexista, étnica etc.), antes relegadas a segundo plano. A opção culturalista parece mais preocupada em se afirmar enquanto alteridade do que buscar alternativas confrontadoras à ordem do capital, seja na fábrica, seja no restante dos espaços sociais. Entre as décadas de 1960 e 1980, uma série de novos movimentos busca o reconhecimento público de seus valores, o respeito às diferenças culturais e a conquista de direitos. Há uma crescente interação entre os movimentos e uma penetração de seus ideais em movimentos mais clássicos, como o sindical e o de moradores. As chamadas lutas específicas, contra a discriminação de gênero, racial, regional, contra a degradação ambiental, a exclusão social, econômica e política passam a ser consideradas relevantes no interior dos mais diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil. As lutas identitárias e pela autonomia grupal dividem, agora, espaço com movimentos sociais solidarísticos e de cooperação. No plano da cultura, passa-se a valorizar a alteridade e a reciprocidade nas trocas. Na construção da sociedade democrática, os processos de subjetivação coletiva, segundo Warren (2000), remetem às interações e participações na esfera pública, no intuito de construir a cidadania, aqui entendida como valor cultural da modernidade, com sua dimensão ética e política.

A intenção é distanciar-se de visões extremadas (seja entendendo o Estado como mero aparelho coercitivo, que se impõe ao resto da sociedade; ou localizando nos atos de vontade individual as determinações do processo decisório, colocando o Estado como mero reflexo ou instituição passiva). Esses novos aportes teóricos apontam para novas relações a serem estabelecidas entre instâncias estatais e organizações da sociedade civil. Tais categorias delineiam novas possibilidades interpretativas e abrem espaço para novas estratégias e táticas de luta. Contra as perspectivas que encaravam o processo revolucionário somente como ruptura, busca-se manter certo distanciamento da passividade social. O arcabouço teórico usado como respaldo revaloriza a sociedade civil como instância ativa do ponto de vista estratégico.

3. A CUT como base de apoio do governo do PT e as estratégias adotadas diante do Estado

A adesão dos movimentos dos trabalhadores organizados às esferas oficiais, à lógica hodierna, não é um fenômeno inusitado. Tal prática de amoldamento das direções das classes trabalhadoras à ordem estabelecida não é incomum. Isso poderia ser explicado pelas oscilações dos movimentos operários, mas também pelos movimentos observados no seio da classe burguesa, visando minar os esforços organizativos e combativos da classe antagonica.

O arcabouço institucional do Estado se move diante de relações capitalistas de produção e da estrutura da divisão social do trabalho. Esse Estado, próprio do capitalismo, tem suas instituições organizadas em torno da liberdade e da igualdade e é sobre elas que sua legitimidade esta assentada. O “povo” é alçado à condição de princípio de determinação do Estado. O sistema jurídico moderno tem no seu caráter normativo e no seu conjunto de leis as instâncias através das quais a ideologia do Estado capitalista se coloca como portadora da vontade geral. Essa forma pela qual o Estado capitalista se apresenta não pode ser identificada como sua expressão real, embora tais expressões não possam ser elucidadas sem levar em conta tais formatações ideológicas. A autonomia relativa que o Estado passa a gozar dentro do modo de produção capitalista baseia-se na separação que se dá entre os produtores diretos e os meios de produção. Tal separação leva, por um lado, à coletivização do processo de trabalho ou socialização das forças produtivas, e, por outro lado, à concentração do capital nas mãos dos proprietários dos meios de produção. A autonomia relativa entre o econômico e o político antes de representar a separação entre sociedade civil e Estado, ou a emergência de indivíduos isolados, “revela estes agentes como suporte das estruturas e abre assim o caminho para um exame científico das relações entre o Estado e o campo da luta de classes” (Poulantzas, 1977, p. 123-124).

O Estado é o centro do poder político das classes dominantes na medida em que é o fator de organização da sua luta política. Equilíbrios instáveis entre os interesses das classes dominantes e dominadas, embora com a supremacia da classe dominante, não deixam que se coloque em risco o interesse econômico-corporativo. O Estado garante interesses econômicos das classes dominadas conflitantes com os interesses econômicos da classe dominante, mas jamais incompatíveis com o interesse político hegemônico. Embora não limitem o poder político das classes dominantes, tais garantias são conquistas impostas pelas classes dominadas. Expressão de uma sociedade dividida em classes, tais avanços só explicitam que tal Estado não é instrumento de uma classe. Mas é justamente nesse processo de absorção de algumas demandas, conseguidas no âmbito da luta de classe, que as classes dominadas vão sendo desorganizadas. A luta das classes dominadas antes de representar avanços sobre o poder político do capital, é expressão da forma que esse poder toma na realidade, a forma como essa relação de dominação se desdobra no real. Isso só é possível pela autonomia relativa do político, própria do modo de produção capitalista.

Entender as oscilações da cultura sindical entre uma postura propositiva e outra contestatória passa pelo entendimento do que é o Estado e qual a sua relação com o campo da luta de classes. As experiências sindicais de intervenção na gestão econômica, embora tenham representado aumento do poder das classes trabalhadoras no referido contexto, eram alternativas para tentar minimizar os efeitos da reestruturação produtiva, e não foram duradouras. Seu caráter provisório e precário veio à tona quando movimentos conjunturais levaram ao recrudescimento de políticas de demissão. Mas, mesmo reconhecendo os limites dessa co-gestão, Lojkine (1999) a vê como um aspecto importante e como uma experiência que aponta para novas estratégias na relação com o capital. Isso poderia ser observado na emergência de um novo espaço de discussão na empresa, na abertura do movimento sindical para os assalariados médios (técnicos, diplomados e executivos), na criação de espaço público de discussão sobre emprego e desenvolvimento regional e na construção de cooperativas interprofissionais e interempresas. A necessidade de incorporação desses segmentos mais qualificados, segundo Lojkine, faz parte da mudança do perfil do assalariado. Com os enxugamentos hierárquicos, esses grupos tornaram-se mais significativos.

O otimismo de Lojkine diante das novas formas de relacionamento entre capital e trabalho não é compartilhado por nós. O autor francês vê, nesse sindicalismo, a possibilidade de construção de uma nova cultura da eficácia, não somente para a empresa, mas para toda a sociedade. Para ele, as posturas combativas dos anos 1970 tornaram-se obsoletas em razão das mudanças observadas no capitalismo ao longo dos últimos 40 anos. Houve uma ampliação e

diversificação do assalariamento, formando um trabalhador com uma cultura que mais se aproxima da ideologia da justiça social e da eficácia do que da emancipação, termo, cada vez mais caro aos movimentos combativos.

Nesse ambiente adesista, a experiência da vitória nas eleições para o executivo federal, de um partido ligado à maior central sindical do país, em 2002, altera consideravelmente as relações desta central com o Estado. A vitória de Lula ocorre num momento que a ideologia do consenso passa a se disseminar não entre aqueles que necessitavam da aquiescência dos trabalhadores diante do novo republicanismo, mas entre os próprios trabalhadores. As duas maiores centrais sindicais do País, a CUT e a FS, não desmentem esta guinada do movimento sindical em direção à via conciliatória. A mediação entre diversos interesses, a criação de fóruns de discussão, conselhos tripartites e outros aparelhos institucionais reprodutivos visam disseminar a cultura da conciliação. O Estado de direito, baluarte da democracia, é visto como espaço para realizar reformas significativas na sociedade. Não por acaso, a sacralização do direito leva a considerá-lo como a consagração da justiça, numa clara apologia da passividade ou de esperança passiva. A crença de que tinha-se direito, quase que naturalmente, a um quinhão na quota de distribuição social, como se os regimes políticos simbolizassem ora uma fonte de restrição, ora uma fonte de possibilidade de realização de direitos naturalmente humanos ou sociais, se dissemina (Oliveira, 2006).

Ações coordenadas entre as centrais sindicais dos trabalhadores e setores industriais puderam ser observadas. Atos pela defesa do emprego de determinados setores mais bem articulados e com posição de destaque na divisão social do trabalho ou mesmo a articulação de uma política setorial de garantia de investimentos e empregos foram comuns desde as câmaras setoriais, em 1993. Seja pedindo a manutenção da política de conteúdo nacional (pauta de bancários, químicos, metalúrgicos, eletricitários, da FUP, da CUT e da Força Sindical), seja lutando pela desoneração da PLR (pauta de bancários, químicos, metalúrgicos, eletricitários, FUP e CUT), as lutas conjuntas e setoriais se disseminam. O ímpeto de determinados seguimentos dos operários na busca de privilégios coloca sua estratégia em congruência com o interesse do segmento empresarial para o qual trabalham. Pautas mais gerais também tinham um bloco alargado de entidades patronais e de trabalhadores, como a reivindicação contra a guerra fiscal nos portos, onde CUT, Força Sindical, UGT, CNI e Fiesp, sob o argumento de que a guerra fiscal destruíra postos de trabalho e reduzia o crescimento do PIB. O interesse, em 2012, em retomar as câmaras setoriais representava essa articulação mais estreita, buscando assim manter a competitividade nacional e os empregos.

O governo promove a participação de movimentos sociais e sindicatos mediante a abertura do Estado à sociedade civil organizada e da formulação de políticas públicas direcionadas a tais grupos. O avanço do processo de democratização passa pelo acesso dessas organizações às instancias estatais. Na prática, tal participação se traduziu no endosso das classes subalternas às intenções conciliatórias, mirando um projeto de nação que, pela primeira vez, buscava incluir os mais pobres. A própria CUT demonstrava, pelo menos a partir de suas resoluções congressuais, as intenções do tão propalado pacto social pelo desenvolvimento de toda a sociedade. O apoio às medidas adotadas pelo governo federal (redução da taxa SELIC, atuação de bancos públicos no apoio ao crédito) ia de encontro às reivindicações, mobilizações e negociações realizadas pela CUT na última década. Desde 2005 a CUT vem aprofundando o debate sobre um projeto de desenvolvimento para o país que pressupõe o fortalecimento do mercado interno, maior investimento público nas políticas sociais e na infra-estrutura. Para isso, dentre outras medidas, seria necessário um intenso movimento de redução da taxa de juros e da margem de lucro praticada pelo sistema financeiro no Brasil. Em um ambiente de estagnação e sem ameaças, no curto prazo, de inflação, o movimento consistente de queda da taxa SELIC deve continuar a ser um dos objetivos principais do governo, visando aumentar o consumo e o investimento, além de desvalorizar o câmbio (que tanto “estrago” tem feito à indústria), para estimular a atividade econômica do país. A redução da taxa Selic abre também a possibilidade de ampliação dos gastos públicos em investimentos, uma vez que reduz fortemente o gasto com serviço da dívida pública.

Sem um pensamento próprio e crítico, a classe trabalhadora abdica sua condição de classe. Na medida em que a classe encolhe subjetivamente, sem questionamento, as suas organizações agem como se não houvesse alternativa, e aceitam fazer parte do jogo. Cuidam muito mais da governabilidade do que dos interesses reais de seus representados. Num recuo proposital e oportuno de suas direções, os sindicatos e centrais sindicais aceitam o que passa a ser imposto, agindo na condição de figurantes ou apêndice secundário. Aceitam a posição de parceiros do governo nas ações que buscam legitimar, enquanto buscam impedir que reais contradições venham a emergir. Por meio da conciliação, governo e organizações representativas demonstram oportunismo e fragilidade política.

A relação do governo com os trabalhadores não foi homogênea, tratando as frações da classe de acordo com o poder de barganha diante do governo. Os mais descontentes, como o MST, mantendo sua tática de ocupação de propriedades, mesmo improdutivas, não encontrariam

facilidades². O governo petista teve a habilidade de negociar em separado com as categorias profissionais. Onde não era da sua alçada, intermediou para que patrões e empregados chegassem a acordos. A participação de representações sindicais no governo, a exemplo da CUT, viabilizou-se pela ocupação de cargos e atuação nos conselhos setoriais. A relação com esses segmentos dava-se em torno de medidas que tinham incidência sobre suas categorias. As direções sindicais participavam tanto aceitando medidas organizacionais, como disseminando a necessidade de qualificar-se diante das novas exigências do mercado de trabalho. As cúpulas sindicais passam a assumir como seu, o discurso das pastas ministeriais do Estado. Articulam-se ao mercado de ações pela via dos fundos de pensão e co-participam dos grandes planos de qualificação profissional.

Esta relação entre a CUT e o Estado representava uma maior institucionalização das lutas sindicais para uns, ou, como prefere D'Araujo (2009), a crescente democratização da sociedade brasileira pela participação dos trabalhadores sindicalizados em cargos do Estado. Essa participação, segundo ela, se legitimava justamente pela incorporação de atores antes excluídos do sistema político. A eleição do PT, em 2002, e a elevada sindicalização do setor público, setor que assumiria o maior número de cargos no Estado, também contribuíram para essa forma de participação. Era notória a participação de dirigentes públicos sindicalizados em partidos, centrais sindicais e movimentos da sociedade civil. O engajamento cívico cumulativo permitia uma maior participação dos setores intelectualizados da classe trabalhadora, em detrimento dos mais pauperizados e ligados aos trabalhos manuais. Tal forma de participação abria espaço para maior influência destes na formulação de políticas públicas.

A análise da autora questiona se tal participação representava uma adesão ou cooptação, pelo Estado, destes segmentos mais articulados aos espaços do poder. Tal participação, a seu ver, representava um fortalecimento da sociedade civil, sendo essa proximidade do Estado e do governo um ganho resultante do crescente poder associativo dos trabalhadores e, no caso específico do setor estatal, da condição de funcionário público. Essa participação, contudo, não fez com que o governo alterasse as bases do sindicalismo de Estado (unicidade sindical, imposto sindical, Justiça do Trabalho, manutenção da legislação sobre contratos de trabalho flexível e a estrutura corporativa) e nem representou uma tendência discrepante do que vinha

² Na ocupação, por parte de movimentos de trabalhadores, do centro de pesquisa da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro (RS), o ministro Miguel Rossetto, da “esquerda” petista, se apressou em acusá-los de vândalos, e afirmou que a reforma agrária só poderia ser efetuada em ordem e paz, segundo a lei.

sendo observado no relacionamento do Estado com o sindicato. Mudou, mesmo que tardiamente, o papel que as centrais sindicais passaram a desfrutar, agora (em 2008) reconhecidas legalmente e com aportes de recursos financeiros, gozando de privilégios como interlocutoras do governo.

Como colocado por D'Araujo (2009), o Estado torna-se agente promotor da cidadania, ao ampliar a democracia, abrindo canais de comunicação no governo. Mas o problema, a seu ver, estava no impacto dessa relação sobre a prestação do serviço público, sobre o funcionamento republicano das instituições públicas e sobre a qualidade das negociações dos trabalhadores com o Estado. Preocupada em atacar os trabalhadores e suas cúpulas, limita-se a endossar a existência de setores privilegiados, nomeadamente ligados à CUT (organização com maior presença no governo), sem qualquer alusão ao papel que cumpre esse segmento de classe no processo de legitimação do capital. Pela ocupação de cargos de confiança, na participação em fundos de pensão e na formulação de políticas públicas, a cooptação, tese defendida pela autora, viabiliza-se.

A autora identifica o aumento do poder dos trabalhadores concomitante ao enfraquecimento do Estado nos processos de negociação, principalmente pela condição privilegiada (de estabilidade) que desfrutavam os funcionários das estatais. A participação dos trabalhadores, no processo democrático, vista como positiva para a formação de espaços republicanos, não poderia, segundo a autora, colocar em risco a própria estabilidade democrática. As greves do setor público, aliadas às do setor privado, e o elevado número de horas paradas, tinham que ser combatidas pelo capital privado e pelo Estado. Entre a redemocratização e a chegada ao governo, a CUT havia sofrido muitas mudanças, inclusive no peso da sua base sindical. As centrais se imiscuíram nos aparelhos do Estado, se distanciaram das bases e de posturas históricas. A pressão sobre o Estado por incentivos fiscais, isenções de tributos e financiamento via BNDES para as empresas se tornam mais comuns. Para os trabalhadores, pede paciência, em nome da competitividade e da manutenção do emprego.

Desde o processo de privatização, ainda nos anos 1990, sindicatos vinham atuando como acionistas de seus fundos de pensão - Petrobrás, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. A frente de organizações do Estado, de modo direto ou indireto, e das grandes empresas estatais, sindicalistas agem como gestores do capital, dirigindo grandes fundos de pensão. Financiam pesadamente a dívida interna pública, comandam a política e dispõem de acesso a bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado.

A hegemonia às avessas descreve como blocos políticos, avalizados por uma intensa participação popular (mesmo que formal-eleitoral) praticam políticas que são o avesso das

aspirações daqueles que neles votaram. Mesmo sabendo que o mandato de Lula não era sequer reformista, não se esperava uma política conservadora. Previa-se pelo menos um alargamento da política, participação da grande massa e uma intensa redistribuição de renda (Oliveira, 2010). Agir em nome do desenvolvimento econômico da nação, abandonando qualquer possibilidade de participação ativa da classe trabalhadora, endossa o projeto de sociedade que busca a inclusão de “todos”, capital e trabalho. O consentimento, com a chegada do PT ao governo, agora não é mais dos explorados em aceitarem sua condição, mas dos dominantes em cederem aos dominados a direção moral. Tais “trabalhadores”, com suas participações como acionistas ou em posições de mando, a serviço do capital, agem segundo seus próprios interesses.

4. Considerações finais

Foi de grande relevância para a mudança de posição da CUT o momento de fragilidade da classe trabalhadora. O processo sistemático de perseguição das esquerdas nos anos da ditadura desmobilizaram os setores mais críticos. Isso foi fundamental para diminuir sua combatividade. O desemprego após o processo de reestruturação produtiva, privatização e abertura comercial, nos anos 1990, reduziu o contingente de operários, sindicalistas e trabalhadores rurais. É visível o processo de institucionalização e moderação do PT e da CUT. A capacidade de gestão econômica solapada pelas privatizações e pela rolagem da dívida pública, a fraqueza dos sindicatos urbanos e dos trabalhadores rurais e a ampla coalizão de partidos, não apontavam para um projeto sequer reformista.

As políticas adotadas contra os trabalhadores mostravam que ser governo não significava maior capacidade de expandir direitos, mas poderia representar o contrário. O apoio aos fundos privados de pensão, ajudando a desmontar a previdência pública e a exigência de cobrança de impostos aos trabalhadores aposentados, explicitavam as dubiedade do governo, perdendo apoio de parte dos sindicatos de trabalhadores do serviço público. O governo petista opta por uma base localizada nos setores mais desorganizados e empobrecidos da população e na parcela da burocracia sindical que se atrelou ao Estado. A CUT e a Força Sindical passam a conviver dentro do governo. O recebimento de altos salários e a participação em comissões, conselhos de empresas estatais e ex-estatais ou mesmo a ocupação de cargos em ministérios ajudavam a consolidar o descolamento entre base e lideranças. A participação da CUT em agências de Estado, como o FAT e os fundos de pensão, não significou a defesa dos trabalhadores nas situações em que estava em jogo interesses do Estado e de seus representados.

A necessidade de fragmentação das organizações dos trabalhadores era vista, pela burguesia, como fundamental, principalmente diante do novo contexto e das possibilidades que a representação eleitoral abria. Produziram-se políticas que atuaram no interior das organizações dos trabalhadores, comprometendo-as com os processos de acumulação de capitalista, levando-as a consentir, por razões pragmáticas, com o processo de fragilização de suas condições de existência. A divisão da CUT em torno de questões fundamentais se tornou um fenômeno comum. Se a ala mais combativa da CUT lutou contra as privatizações, outros integrantes atuavam como compradores nos leilões privatizantes.

O governo Lula aprofunda o papel dos fundos de pensão e dos seus investimentos como alavanca para a concentração de capital, concluindo a desfiguração das direções do movimento sindical. Como controladores de empresas, ajudam na centralização e concentração de capitais, gerindo ativos que chegaram à soma de R\$ 137 bilhões em 2005, ou 17% do PIB. Tais fundos evidenciaram a possibilidade de capturar não apenas recursos, mas gestores qualificados forjados no movimento sindical, como elementos fundamentais no apassivamento dos trabalhadores pelo capital.

A gestão petista assume a responsabilidade de dominar as condições internas, tendo em vista reciclar as bases para reprodução do capital, sem qualquer compromisso explícito com programas sustentados de distribuição. A estabilidade e a credibilidade internacional são alçadas à condição de prioridade, subordinando a classe trabalhadora às oscilações e interesses dos grandes capitalistas. O papel das massas é drasticamente reduzido através da despolitização ou do insulamento da luta aos estreitos limites da ordem estatal. Pactos sociais são costurados no Conselho de Desenvolvimento Socioeconômico e no Fórum Nacional do Trabalho, dando às centrais sindicais o poder de negociar os direitos dos trabalhadores e diminuindo a participação dos sindicatos em suas bases.

O Estado, por mais que absorva demandas dos trabalhadores e ofereça políticas sociais, não pode abdicar da hegemonia. A direção continua na mão da classe dominante, mesmo que o governo possa estar momentaneamente nas mãos de setores ligados aos trabalhadores. Em diversos países as reformas neoliberais foram implementadas por partidos socialdemocratas ou ligados aos trabalhadores. Campo de lutas, espaço recortado pela luta de classe, o Estado não deve ser visto como locus único de luta, muito menos como passível de ser modificado por dentro, mediante reformas institucionais. Ao longo da última década pôde-se observar que por dentro do Estado as lutas tendem a se acomodar aos limites orçamentários ou a espera de forças capazes de formular uma política pública para questões pontuais, sem maiores alcances. O governo dos trabalhadores não só cedeu setores-chave do Estado (como o

ministério da fazenda e o Banco Central), a grupos não alinhados com os trabalhadores, como não reverteu a política de privatização dos serviços públicos, como a expansão do ensino superior pela via privada.

Sem um projeto claro de alternativa ao Estado como aí está, a luta sindical dentro dos estreitos limites democráticos apenas endossará o projeto de sociedade que não coloca o trabalhador como protagonista.

5. Referencias

ANTUNES, Ricardo. A rebeldia do trabalho. São Paulo: Ed. Unicamp/Ensaio, 1988.

ABREU, Haroldo. O contexto histórico-social da crise dos padrões de regulação sócio-estatal. Rio de Janeiro: Praia Vermelha. Estudos de Política e Teoria Social, Vol. 1, nº 1, p. 49-74, 1997.

ABRANCHES, Sérgio. A reforma do Estado: premissas, princípios e propostas. Em: João Paulo Reis Velloso (org.). O leviatã ferido. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, p. 55-80, 1991.

BRESSER, Luiz. A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. São Paulo: Lua Nova - Revista de Cultura e Política, nº 45, p. 49-95, 1998.

D'ARAÚJO, Maria Celina. A elite dirigente do governo Lula. Rio de Janeiro: Ed. CPDOC, 2009.

DIAS, Edmundo; BOSI, Antonio. Estado, capital, trabalho e organização sindical: a (re)construção das classes trabalhadoras no Brasil. São Paulo: Revista Outubro, nº 12, p. 45-69, 2005.

LOJKINE, Jean. O tabu da gestão: a cultura sindical entre contestação e proposição. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. Quem canta de novo L'Internationale? Em: Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário. Boaventura de Sousa Santos (org.). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, p. 135-169, 2005.

_____. Hegemonia às avessas. Em: Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. Ruy Braga, Francisco de Oliveira e Cibele Rizek (orgs.). São Paulo: Ed. Boitempo, p. 21-27, 2010.

OLIVEIRA, Nelson. Neo-reformismo e fragmentação social (ou só é “otimista quem quer”). Salvador: Cadernos do CEAS, nº 221, p. 9-40, 2006.

POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1977.

VIANNA, Luiz Werneck. Classe operária e a abertura. São Paulo: Ed. CERIFA, 1983.

_____. Entre um transformismo e outro: problemas da refundação republicana. Agenda de Políticas Públicas. Rio de Janeiro: Ed. Iuperj, nº 5, p. 7-13, 1994.

WARREN-SCHERER, Ilse. Movimentos em cena... e as teorias por onde andam? Em: Cidadania e multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo. Lisboa: Editora da UFSC, p. 23-51, 2000.

ZANETTI, Lorenzo. O “novo” sindicalismo brasileiro: características, impasses e desafios. Rio de Janeiro: Ed. FASE, 1995.